

Dezembro de 2006

EDUCAÇÃO EM ALERTA

Informativo Extraordinário da Rede Estadual :: SINDIUPES
Jornalista responsável: Vinicius Mansur 1952/ES MTB
mansurvinicius@yahoo.com.br

:: Nota da direção ::

Magistério rejeita documento da Sedu

O Sindiupes torna público que os(as) trabalhadores(as) em educação pública do Espírito Santo decidiram, em assembléia, no dia 22/11/2006, pela rejeição das Diretrizes Curriculares para 2007, apresentadas pelo Governo do Estado através da Secretaria de Educação (Sedu). Tais diretrizes não representam qualidade de ensino e afetam profundamente a vida escolar, especialmente de seus profissionais. A ampliação da permanência do aluno na escola sem a estrutura material adequada, sem estabelecer critérios educacionais e sem o debate com a comunidade escolar, só afeta negativamente o desempenho intelectual e físico do(a) aluno(a) e do(a) professor(a). Assim, alertamos:

✓ **Não houve debate:** O Conselho Estadual de Educação (CEE) e o magistério não foram devidamente ouvidos sobre tais diretrizes. Apesar da Sedu informar que diversas escolas foram consultadas, muitos(as) professores(as) sequer tomaram conhecimento do documento. Em geral, o documento vem sendo apresentado pelas direções de forma superficial ou impositiva, cabendo a escola apenas tomar ciência das mesmas.

✓ **Ampliação da jornada de trabalho:** A Sedu afirmou que as escolas teriam o direito de optar pela ampliação da carga horária. Entretanto, a insatisfação dos(as) professores(as) contradiz essas informações. Nas escolas, há pressão para se cumprir tais diretrizes, sob alegação de que o(a) professor(a) ficaria prejudicado(a) no fechamento de sua carga horária.

✓ **Hora/aula de 60 minutos:** Ampliar de 50 para 60 minutos as aulas demonstra, em muitos casos, o desgaste tanto do(a) professor(a) como do(a) aluno(a), afetando o aprendizado. A questão se agrava se consideramos as salas com lotação acima do limite e, ainda, o uso de aula geminada (duas em seqüência), como sugere a própria Sedu.

✓ **Disciplinas com menos aulas:** As

✓ **diretrizes** apontam reduzir o número de aulas de disciplinas como Geografia, História, Filosofia e Sociologia. Isso implica num retrocesso educacional, pois reduz o acesso a uma área do conhecimento importante: ao das ciências humanas e ao pensamento histórico-crítico e sócio-transformador.

Como vimos, a visão da Sedu demonstra-se extremamente contraditória e limitada. Desconsidera a valorização do magistério, as condições de trabalho e ensino, a gestão democrática, a formação continuada, dentre outros pontos importantes para que a EDUCAÇÃO seja, de fato, uma prioridade como política pública de governo.

Diante dos fatos, reafirmamos que estas práticas do governo Paulo Hartung (PMDB) não representam qualidade do ensino. A ampliação da permanência do aluno na escola deve-se fazer com critério, debate e propostas educacionais sólidas. Não como um mero elemento de propaganda.

Assim, convidamos aos(as) professores(as) a buscarem o debate qualificado em sua escola e comunidade, considerando as questões aqui apresentadas.

Vamos à luta! Por uma educação pública, democrática e de qualidade!



Magistério quer educação como prioridade de verdade

Vitória-ES, 05 de dezembro de 2006.
Direção Colegiada do Sindiupes

Passeata: magistério bota seu bloco nas ruas de Vitória

Após a Assembléia do dia 05/12, os(as) professores(as) saíram em passeata até o Palácio da Fonte Grande para exigir a suspensão das mudanças apresentadas pela Sedu neste fim de ano e previstas para 2007. O movimento recebeu apoio de outros sindicatos e da população, que acenavam e lançavam papel picado dos prédios. O ato serviu para alertar sobre a redução de carga horária em certas

disciplinas, a não-oferta da Educação Física de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, ampliação da carga horária sem discussão com a categoria, dentre outros pontos. Além disso, o magistério denunciou o autoritarismo e as mentiras da Sedu, quando esta afirma pela imprensa que o governo prioriza a educação e que a categoria está satisfeita com as ações do Governo. As últimas passeatas realizadas em 28/11 e 05/12 demonstraram o contrário.

Sindiupes consegue audiência com José Eugênio

Para dar resposta aos(as) professores(as) que realizavam um ato público em frente ao Palácio da Fonte Grande, o secretário Chefe da Casa Civil, José Eugênio Vieira, recebeu o Sindicato. Uma comissão do Sindiupes foi até o secretário que se comprometeu a conversar com a Secretária de Educação, Anna Marreco, sobre a suspensão das Diretrizes Curriculares, propostas pela Sedu, reativação da Comissão de Reformulação do Plano de Carreira e Vencimentos e do Estatuto do Magistério; bem como urgência na publicação das liberações sindicais dos diretores. Já outras questões serão levadas para o governador Paulo Hartung assim que retornar de viagem: prestação de contas sobre as sobras do Fundef e origem do recurso que será rateado entre os mais de 72 mil servidores do Estado, com o abono de R\$ 800,00; implementação da Gestão Democrática, com eleições diretas para diretores e coordenadores escolares, sem lista tríplice; apuração do autoritarismos, perseguições e assédios morais exercidos por diretores e diretoras; revisão da suspensão do pagamento do Plano de Saúde PHS; discriminação dos aposentados por setores do Governo; revisão do índice do Orçamento de 2007 para Educação, no que diz respeito aos investimentos (biblioteca, informatização, professores que desenvolviam projetos, etc).



Ano de 2007 ameaçado

Na Assembléia Geral no dia 05/12, os(as) professores(as) entraram em estado de greve, ameaçando não iniciar o ano letivo de 2007 se não houver suspensão da implementação das Diretrizes Curriculares, orientadas pela Sedu. No dia 13/02/2007 ocorrerá a próxima assembléia. Até lá, a educação está em alerta.

Professor(a) quer Eleições Já!

Diante de muitos casos de autoritarismo, o magistério exige que se realizem as eleições diretas para diretores e coordenadores escolares. As escolas estão vivendo um clima de hostilidade e perseguição. Há muitas irregularidades, desrespeito ao princípio de colegiado, previsto na Lei Nº 5.471/97, que rege o funcionamento dos Conselhos de Escola, e, também, incompetências administrativas. Chega de desmandos.